



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: [prefeiturasmq@gmail.com](mailto:prefeiturasmq@gmail.com)

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

**Administração 2025 – 2028**

**Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente**

**EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 029/2026**

## REPARTIÇÃO INTERESSADA:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO (MG)

## UNIDADE SOLICITANTE:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

**LOCAL E DATA PARA O RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS, DOCUMENTOS RELATIVOS À HABILITAÇÃO E INÍCIO DA DISPUTA:**

**LOCAL:** <https://portal.licitanet.com.br/>

**DATA:** 26/06/2026

**HORÁRIO:** 09:15h (horário de Brasília)

**DATA E A HORA DA DISPUTA:** às 09:15 horas (Horário de Brasília) do dia 26/06/2026.

## OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA RESTABELECIMENTO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO SALTO/MG, EM ATENDIMENTO AO PROCESSO Nº 59052.038805/2026-19, DECORRENTE DA DECRETAÇÃO DE SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM RAZÃO DAS CHUVAS INTENSAS OCORRIDAS EM 28 DE FEVEREIRO DE 2026, CONFORME METAS APROVADAS PELA SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL – SEDEC, OBSERVADAS AS CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS.

## VALOR ESTIMADO:

O valor estimado R\$ 317.858,14 (trezentos e dezessete mil oitocentos e cinquenta e oito reais e quatorze centavos)

## CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço por Lote.

## MODO DE DISPUTA:

Aberto e Fechado

## AMOSTRA:

Não será exigida amostra, por se tratar de objeto de engenharia executado por medição.

## ME/EPP/EQUIPARADAS:

(Ampla Participação): Qualquer empresa em condições de participação, com os benefícios previstos na L.C. nº 123/2006 para ME e EPPs.

## PROGRAMA DE INTEGRIDADE:

Não será exigida a implantação de programa de integridade.

## EQUIPE DE PREGÃO RESPONSÁVEL:

- Nome do Pregoeiro: Josenei Barbosa Silva Santos

- E-mail: [licitacao@santamariadosalto.mg.gov.br](mailto:licitacao@santamariadosalto.mg.gov.br)

- Endereço: Pça. Aurelina Mota Santos, 218 – Centro, CEP: 39.928-000, Santa Maria do Salto(MG)

## LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA:

- Lei Federal nº 14.133/2021;

- Lei Complementar nº 123/2006;

- Lei Complementar nº 147/2014;

- Decretos Municipais nº 21/2025, 22/2025, 23/2025, 24/2025, 25/2025, 26/2025, 27/2025, 28/2025, 29/2025, 30/2025 e 31/2025.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: [prefeiturasmq@gmail.com](mailto:prefeiturasmq@gmail.com)

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

**Administração 2025 – 2028**

**Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente**

## **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando a contratação de empresa especializada para execução de serviços comuns de engenharia para restabelecimento de estradas vicinais no Município de Santa Maria do Salto/MG, em atendimento ao Processo nº 59052.038805/2026-19, decorrente da decretação de Situação de Emergência em razão das chuvas intensas ocorridas em 28 de fevereiro de 2026, conforme metas aprovadas pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil – SEDEC, conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

1.2. A licitação será realizada por lote, conforme tabela constante do Termo de Referência.

1.3. O critério de julgamento adotado será o de menor preço por lote, observadas as exigências contidas neste Edital e em seus anexos quanto às especificações do objeto.

## **2. DAS COTAS À ME/EPP/equiparadas**

2.1. A presente licitação será de ampla participação, assegurados os benefícios legais previstos na Lei Complementar nº 123/2006 às microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas.

## **3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

### **3.1. DO CREDENCIAMENTO:**

3.1.1. O licitante deverá estar previamente credenciado no sistema “Pregão Eletrônico”, no sítio <https://licitanet.com.br/>.

3.1.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.1.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica.

3.1.4. O licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparadas.

3.1.5. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

## **3.2. DAS VEDAÇÕES:**

3.2.1. Não poderá participar desta licitação:

a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta; pessoa física ou jurídica que atue em substituição a outra, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que observado o procedimento previsto em regulamento próprio sobre sanções administrativas, a ser editado pelo Poder Executivo.

b) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: [prefeiturasmq@gmail.com](mailto:prefeiturasmq@gmail.com)

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

**Administração 2025 – 2028**

**Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente**

grau;

- c) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- d) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- e) diretamente ou indiretamente, agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, bem como a empresa da qual seja sócio, dirigente ou responsável técnico, sendo que tal proibição também se aplica aos seus parentes em linha reta, colateral ou afim, até o terceiro grau, bem como àqueles que mantêm relacionamento afetivo público e notório com os servidores e dirigentes de todos os órgãos e entidades promotores, participantes da licitação, bem como contratantes;
- f) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- g) Pessoa física que tenha sido proibida de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992, ou pessoa jurídica que tenha como sócio majoritário aquele a quem foi dirigida mencionada penalidade, durante o prazo que apontar a decisão condenatória;
- h) Empresa cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação.
- i) Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa, desde que não tenham observado o disposto neste edital.

3.2.2. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

### **3.3.DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO:**

3.3.1. **NÃO** será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, conforme justificativa técnica e econômica constante do procedimento administrativo;

### **3.4.DA PARTICIPAÇÃO DE PROFISSIONAIS ORGANIZADOS SOB A FORMA DE COOPERATIVA:**

3.4.1. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:

I. a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

II. a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

III. qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

IV. - o objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: [prefeiturasmq@gmail.com](mailto:prefeiturasmq@gmail.com)

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

**Administração 2025 – 2028**

**Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente**

cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

#### **4. DO ACESSO AO SISTEMA E DA INCLUSÃO DAS PROPOSTAS**

4.1. A participação no certame se dará por meio do sistema eletrônico denominado LICITANET - Licitações Eletrônicas 4.0, mediante digitação de login e senha pessoal e intransferível do credenciado.

4.1.1 As informações e/ou dúvidas de como incluir propostas e participar do procedimento licitatório podem ser sanadas pelo(s) canais oficiais de atendimento do Sistema LICITANET - Licitações Eletrônicas 4.0.

4.1.2 O licitante enquadrado como Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou equiparada deverá se identificar em campo próprio do sistema eletrônico, e declarar que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.2.1 O licitante que não se identificar no campo próprio do sistema eletrônico como Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP e equiparadas ficará impedido de participar dos itens/lotes exclusivos e da cota reservada, se houver, e não poderá fazer uso do empate ficto previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.1.2.2 Para os fins do disposto no subitem 4.1.2 deste Edital, considera-se como “equiparada” o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e o microempreendedor individual - MEI, conforme determinam o art. 3º-A e art. 18-E da Lei Complementar nº 123, de 2006, bem como as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta e os respectivos documentos solicitados para esta etapa procedimental (indicados no subitem 5.2 deste Edital) **necessariamente antes da data e horário estabelecidos para abertura da sessão pública.**

4.2.1. Os documentos relacionados à fase de habilitação (item 07) devem ser apresentados apenas naquela etapa procedimental, conforme disposto no subitem 7.2 deste Edital.

4.2.2. As licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os respectivos documentos anteriormente inseridos no sistema, desde que antes da data e horário estabelecidos para a abertura da sessão pública.

4.2.3. Os documentos que compõem a proposta somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

4.3. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

4.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Pregoeiro(a) a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.5. Caberá à licitante interessada acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.6. Caberá à licitante interessada comunicar imediatamente, por escrito, ao provedor do



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: [prefeiturasmq@gmail.com](mailto:prefeiturasmq@gmail.com)

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

**Administração 2025 – 2028**

**Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente**

sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

5.1. As propostas de preços serão efetuadas via sistema eletrônico, devidamente preenchidos os campos disponíveis conforme as regras abaixo:

- a) Valores unitários e total por lote, em moeda corrente nacional, cotados com apenas duas casas decimais, expressos em algarismos;
- b) Devem informar o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 **(sessenta) dias**, contados da data limite para a sua apresentação. No caso de o prazo de validade ser omitido na proposta, o Pregoeiro considerará o prazo acima mencionado;
- c) Descrição detalhada do objeto, indicando, no que for aplicável, uma única marca por item ofertado, devendo o modelo ser discriminado quando pertinente;
- d) quando houver lotes com mais de um item, obrigatoriamente todos os itens do lote devem ser cotados.

5.1.1. O licitante **não poderá se identificar** no preenchimento da proposta de que trata o subitem 5.1 deste Edital.

5.1.2. As especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.1.3. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

5.1.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

### **5.2. Dos documentos a serem anexados com a proposta**

5.2.1. Deverão ser anexados via sistema eletrônico (anexos da proposta) os documentos abaixo relacionados, podendo ser inseridos lote a lote / item a item ou selecionada a opção “marcar todos”, para inserir a documentação de todos os lotes/itens com proposta:

**I.** Declaração firmada pelo licitante de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, na forma do §1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**II.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar que cumpre os requisitos estabelecidos, nos termos deste edital.

### **5.3. Garantia da proposta**

5.3.1. SIM, será exigido seguro garantia para o presente processo.

5.4. À luz do artigo 58, “caput” da Lei nº 14.133/21, a garantia da proposta, neste presente edital, será exigida. Deverá ser apresentada no momento do cadastramento da proposta inicial no sistema, acompanhada do comprovante de pagamento, devendo ser analisada pelo Agente de contratação antes do início da fase de disputa. A não apresentação do seguro garantia resultará na desclassificação da proposta em licitações públicas, de acordo com a Lei 14.133/2021

5.4.1. A Garantia de Proposta poderá ser prestada nas modalidades de que trata o §1º do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.4.2. A licitante deverá prestar garantia de proposta de 1% (um por cento) do valor estimado da licitação, conforme art. 58, § 2º da Lei Federal nº 14.133/2021.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: [prefeiturasmq@gmail.com](mailto:prefeiturasmq@gmail.com)

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

**Administração 2025 – 2028**

**Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente**

5.4.3. No caso da garantia ser em moeda corrente, o depósito deverá ser na conta da Prefeitura de Santa Maria do Salto/MG, Banco do Brasil, Agência 1083-9, C/C 5293-0. Em nenhuma hipótese a Prefeitura receberá a garantia em espécie.

5.4.3.1. No caso da caução em dinheiro, a licitante deverá apresentar juntamente com os documentos de habilitação, o comprovante do Depósito efetuado, sendo que no momento da sessão a Comissão de Licitação fará diligência junto a Secretaria Municipal de Finanças, para a confirmação do crédito na conta corrente informada.

5.4.4. Caso a modalidade de garantia recaia em títulos da dívida pública, o título acompanhado dos documentos descritos no subitem abaixo, devem ser apresentados via sistema. Os títulos da dívida pública devem estar acompanhados, obrigatoriamente, de documento emitido pela SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL que atestará a sua validade, exequibilidade e avaliação de resgate atual, e das seguintes comprovações:

a) Origem/aquisição mediante documento respectivo e lançamento contábil por meio de registro no balanço patrimonial da licitante.

b) Apresentar documento, emitido por entidade ou organismo oficial, dotado de fé pública, demonstrando a correção atualizada monetariamente do título (realizada até seis meses anteriores a data marcada para apresentação da dita garantia), conforme parâmetros definidos pelo Ministério da Fazenda.

c) Serão aceitos apenas e tão somente títulos com vencimentos passíveis de resgate incontestável sob nenhum aspecto, até a data correspondente ao prazo de validade da proposta de preços.

d) Presumem-se como autênticos os títulos oferecidos pela licitante, reservando-se a Prefeitura Municipal de Santa Maria do Salto o direito de averiguar a sua autenticidade.

5.4.5. Caso a modalidade de garantia escolhida seja a fiança bancária, o licitante entregará o documento fornecido pela instituição bancária que a concede, do qual deverá obrigatoriamente, constar:

a) **Beneficiário: Prefeitura Municipal de Santa Maria do Salto/MG.**

b) Objeto: Garantia da participação na PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026

c) **Valor: 1% (um por cento) do valor estimado da licitação.**

d) Prazo de validade: mínimo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de abertura das propostas.

5.4.6. Caso a modalidade de garantia seja seguro-garantia, o licitante deverá fazer a comprovação da apólice ou de documento hábil expedido pela seguradora, acompanhado do comprovante de pagamento, cuja vigência será de, no mínimo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de abertura das propostas.

5.4.7. A Garantia de Proposta estará disponível para retirada pelos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

5.4.8. Implicará execução do valor integral da Garantia de Proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS E LANCES, ENCERRAMENTO DA SESSÃO, NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA.**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O Pregoeiro verificará a descrição do objeto ofertado, nos termos do subitem 5.1, alínea “c”, deste Edital, e desclassificará sumariamente:

a) As propostas cuja descrição do objeto não esteja em conformidade com os requisitos estabelecidos no item 5;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: [prefeiturasmq@gmail.com](mailto:prefeiturasmq@gmail.com)

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

**Administração 2025 – 2028**

**Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente**

- b) as propostas cuja descrição do objeto identifique a licitante.
- 6.2.1. Havendo dúvidas quanto às características do objeto ofertado pela licitante, o pregoeiro ou o responsável pela análise técnica poderá efetuar diligências para confirmações e esclarecimentos acerca do material ofertado.
- 6.3. A desclassificação sumária da proposta será fundamentada, registrada no sistema e disponibilizada em tempo real para todos os participantes.
- 6.4. A apresentação de proposta acima do orçamento estimado para a contratação não resultará na desclassificação sumária de que trata o item 6.2, ficando a referida análise relegada à fase seguinte à apresentação de lances, se houver, e/ou posterior à negociação.
- 6.5. A não desclassificação sumária da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.6.1. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e as licitantes.

## 7. DO CARÁTER SIGILOSO DO ORÇAMENTO

- 7.1. Conforme preconiza o Art. 24, o orçamento pode ser em caráter sigiloso:
- 7.2. O orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, e, nesse caso:
- Quando há variação significativa de preços nas amostras colhidas;
  - Para proteger informações estratégicas e sensíveis do órgão público;
  - Evitar que os licitantes ajustem suas propostas ao teto financeiro
  - Impedir que os licitantes utilizem o valor estimado como âncora para elevar as propostas iniciais
  - Garantir que a negociação de preços ocorra de forma mais efetiva
  - Evitar tratamento desigual entre os licitantes
- 7.3. Assim sendo, busca-se através do orçamento sigiloso a majoração da assertividade pela Administração, na escolha da contratada que sabendo das dificuldades dos serviços, apresente proposta dentro da sua realidade para que tenha capacidade de honrar os compromissos assumidos na fase licitatória.
- 7.4. O orçamento estimado da contratação será sigiloso até o encerramento da fase de lances, nos termos da legislação aplicável.

## 8. DOS LANCES

- 8.1. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 8.1.1. O lance deverá ser ofertado pelo **valor total do lote**.
- 8.1.2. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 8.1.3. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 8.1.4. A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior **ao último por ela ofertado** e registrado pelo sistema.
- 8.1.5. Não serão aceitos 02 (dois) ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for registrado



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: [prefeiturasmq@gmail.com](mailto:prefeiturasmq@gmail.com)

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

**Administração 2025 – 2028**

**Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente**

em primeiro lugar.

8.1.6. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 1.000,00 (mil reais)**.

## 9. DO MODO DE DISPUTA

9.1. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto e fechado”**, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

9.1.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

9.1.2. Encerrado o prazo previsto no subitem 9.1.1, o sistema abrirá oportunidade para que a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.1.3. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no subitem 9.1.2, poderão as autoras dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.1.4. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens 9.1.2 e 9.1.3, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

9.1.5. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos subitens 9.1.2 e 9.1.3, haverá o reinício da etapa fechada, para que as demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.1.6. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, no caso de nenhuma licitante classificada na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

## 10. DA DESCONEXÃO DO SISTEMA NA ETAPA DE LANCES

10.1. No caso de desconexão do Pregoeiro com o sistema, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos seus lances.

10.2. Retornando a conexão do Pregoeiro ao sistema, todos os atos praticados pelas licitantes junto ao sistema serão considerados válidos.

10.3. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação do fato às participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação, e a ocorrência será registrada em ata.

## 11. DO CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

11.1. O Critério de julgamento adotado será o menor preço por lote, conforme definido neste Edital e seus anexos.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: [prefeiturasmq@gmail.com](mailto:prefeiturasmq@gmail.com)

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

*Administração 2025 – 2028*

*Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente*

## 12. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

12.1. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e equiparadas, uma vez encerrada a etapa de lances, será assegurada, como critério de desempate, a preferência de contratação para estas.

12.1.1. Considera-se como “equiparadas” o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e o microempreendedor individual - MEI, conforme determinam o art. 3º-A e art. 18-E da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), bem como as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

12.1.2. Entende-se por empate, situações em que as propostas, mediante lances apresentados pelas MEs, EPPs e equiparadas sejam iguais ou até de 5% (por cento) superiores ao melhor preço, quando a primeira colocada for empresa de maior porte.

12.1.3. A preferência de contratação será concedida da seguinte forma:

a) Ocorrendo o empate, a ME, EPP ou equiparada melhor classificada nos termos do subitem 9.6.2 terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos, contados após a comunicação para tanto.

b) Caso a ME, EPP ou equiparada melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo da alínea “a”, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no mesmo prazo estabelecido na alínea “a”.

12.1.4. O tratamento diferenciado de que trata o subitem 9.6 não será aplicado às licitações cujo item seja de valor estimado superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, ainda que as potenciais beneficiárias sejam qualificadas como ME, EPP ou equiparada.

12.1.5. A licitante caracterizada como ME, EPP ou equiparada não poderá fazer uso do tratamento diferenciado de que trata o subitem 9.6 se no ano-calendário de realização da licitação, tiver celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, observado o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. Após aplicada a regra do subitem anterior e persistindo o empate, ou, caso não seja licitação exclusiva para ME/EPP/Equiparadas, serão utilizados os critérios de desempate descritos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, naquela ordem estabelecida.

12.3. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

## 13. DA NEGOCIAÇÃO

13.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, caso a proposta/lance do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar esteja acima do valor estimado da contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas.

13.1.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

13.1.2. A negociação de que trata o subitem 9.9 deste Edital poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, mesmo após a negociação, for desclassificado em



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: [prefeiturasmq@gmail.com](mailto:prefeiturasmq@gmail.com)

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

**Administração 2025 – 2028**

**Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente**

razão de sua proposta permanecer acima do valor estimado da contratação.

13.1.3. Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

## **14.DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA ADEQUADA AO ÚLTIMO LANCE OFERTADO**

14.1. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar será convocada para apresentar proposta adequada ao último lance ofertado, contendo os preços unitários e o novo valor total para a contratação, devidamente preenchida e assinada, para fins de exame de aceitabilidade do preço, enviando-a através da plataforma no campo de documentos complementares no prazo MÁXIMO de 02 (duas) horas, contadas a partir da solicitação do Pregoeiro, sob pena de desclassificação.

14.2. A sessão PODERÁ ser suspensa para aguardo da proposta de preços, cabendo ao Pregoeiro informar, através do sistema eletrônico, a data e o horário para retomada da licitação e divulgação da aceitabilidade da proposta.

## **15. DO ENVIO DA PROPOSTA VENCEDORA**

15.1. Encerrada a etapa de negociação (subitem 9.9) e apresentada a proposta adequada (subitem 9.10), se for o caso, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta do licitante provisoriamente vencedor quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço.

15.1.1. Serão desclassificadas as propostas que:

- I - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no Edital e seus anexos;
- II - apresentarem preços inexequíveis;
- III - permanecerem acima do valor estimado da contratação;
- IV - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- V - contiverem vícios insanáveis;
- VI - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.
- VII - No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- VIII - No caso de serviços comuns de engenharia, ou serviços comuns é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

15.1.2. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput VII**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- I. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- II. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta;

15.1.3. Para os fins do disposto nos incisos V e VI do subitem 9.12.1, considera-se vício sanável, entre outras, as seguintes medidas:

- I – a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;
- II - o desatendimento de exigências meramente formais e que não comprometam a compreensão do conteúdo da proposta;
- III - aquele cujo defeito não altera a substância da proposta;
- IV - a atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas;
- V – a juntada extemporânea de declarações firmadas pelo próprio licitante; ou
- VI – a juntada extemporânea de documento não entregue, porém preexistente e passível de



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO**

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: [prefeiturasmq@gmail.com](mailto:prefeiturasmq@gmail.com)

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

**Administração 2025 – 2028**

**Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente**

comprovar o atendimento de condição pelo licitante, mas que, por equívoco ou falha, não foi apresentado em momento oportuno.

15.1.3.1. O Pregoeiro poderá realizar diligências para sanar os vícios de que trata o subitem 9.12.2 deste Edital, mediante despacho fundamentado registrado em ata.

15.1.4. No caso de apresentação de proposta inexecutável (inciso IV do subitem 9.12.1), o Pregoeiro, para fins de subsidiar a decisão quanto à sua aceitabilidade, poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada no sentido de:

a) apurar se há algum risco na viabilidade da execução do objeto ofertado, a origem e a qualidade dos insumos empregados no processo produtivo e se a licitante está em dia com suas obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas; e

b) solicitar à licitante maiores esclarecimentos sobre a dimensão da sua proposta e de onde obterá proveito econômico, sua efetiva exequibilidade, bem como declaração expressa de que assume eventuais prejuízos ao longo de futura relação contratual a ser firmada, de maneira que possíveis pedidos de modificação contratual posterior sejam analisados atentamente, a fim de que não sejam utilizados como expediente para corrigir distorções nos preços contemplados na proposta vencedora.

15.1.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que dispõe o subitem 9.12.2.1 e subitem 9.12.3, somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 horas (vinte e quatro horas) de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

15.2. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

15.2.1. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta do provisoriamente vencedora for desclassificada, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, na forma do subitem 9.13.

## **16. DA AMOSTRA**

16.1. Não será exigida amostra, por se tratar de objeto de engenharia executado por medição.

## **17. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

17.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

17.1.1. Consulta consolidada de pessoa jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

17.1.2. A consulta aos cadastros referidos no subitem 7.1 será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

17.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará a licitante inabilitada por falta de



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: [prefeiturasmq@gmail.com](mailto:prefeiturasmq@gmail.com)

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

**Administração 2025 – 2028**

**Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente**

condição de participação.

17.1.4. Caso o pregoeiro identifique que uma pessoa física ou jurídica atua em substituição a outra, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, deverá observar o procedimento previsto em regulamento próprio sobre sanções administrativas a ser editado pelo Poder Executivo.

## **Das regras gerais da fase de habilitação**

17.2. Superada a consulta de que trata o subitem 10.1 deste Edital, o Pregoeiro avaliará a documentação da habilitação do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que deverá encaminhar **OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PREVISTOS NO EDITAL**, via sistema eletrônico juntamente com a proposta inicial até o momento anterior a abertura das propostas.

17.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada em cartório, observado o disposto no subitem 10.2 deste Edital.

17.4. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

17.5. As exigências de habilitação das empresas estrangeiras que não funcionem no País serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

17.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

17.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

17.7. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência de que trata o art. 64 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para:

I - Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

17.7.1. Para os fins previstos no subitem 10.7 deste Edital, não caracteriza como substituição ou a apresentação de novo documento a diligência realizada para:

I - Sanar o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante;

II - A juntada extemporânea de documento não entregue, porém preexistente e passível de comprovar o atendimento de condição pelo licitante, mas que, por equívoco ou falha, não foi apresentado em momento oportuno.

17.7.2. O Pregoeiro poderá determinar a realização das diligências de que tratam os subitens 10.7 e 10.7.1 deste Edital, mediante despacho fundamentado registrado em ata.

17.7.3. Os documentos exigidos em sede de diligência deverão ser apresentados no prazo e na forma fixados pelo Pregoeiro, sob pena de inabilitação.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: [prefeiturasmq@gmail.com](mailto:prefeiturasmq@gmail.com)

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

*Administração 2025 – 2028*

*Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente*

17.7.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização das diligências, somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

17.8. Compete ao Pregoeiro verificar e julgar as condições de habilitação do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, oportunidade em que deverá promover:

I – A conferência de documentos cuja autenticidade das informações possa ser verificada eletronicamente por meio de consulta ao site do órgão emissor;

II – A emissão na sessão pública de certidão atualizada nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e de entidades, que comprove a manutenção da regularidade fiscal e trabalhista no momento da avaliação dessas condições de habilitação, independentemente da apresentação de certidão ainda válida pelo licitante.

17.8.1. A emissão de que trata o inciso II do subitem 10.8 deste Edital fica dispensada na hipótese de indisponibilidade temporária dos sítios eletrônicos emissores no momento da sessão pública, impossibilidade de emissão de documento por meio eletrônico ou quando a sua emissão depender do pagamento de taxa pela Administração Pública.

17.8.2. Quaisquer das circunstâncias a que se referem o subitem 10.8.1 deverão ser registradas na ata de sessão pública e comprovadas no processo administrativo por meio de documentos.

17.8.3. Caso a emissão de novo documento de que trata o inciso II do subitem 10.8 indique a irregularidade fiscal e trabalhista do licitante na data da realização da sessão pública, será declarada a sua inabilitação, salvo na hipótese de licitante caracterizado como Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP ou equiparadas, ao qual será ofertado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para comprovar a regularização, conforme determina o art. 43 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

17.8.4. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

17.9. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

17.9.1. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta do provisoriamente vencedor for inabilitada, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, na forma do subitem 9.14.

17.10. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o licitante será declarado vencedor.

17.11. Após o encerramento da fase de habilitação, o Pregoeiro disponibilizará no sistema, os documentos da habilitação apresentados pelo licitante declarado vencedor e aqueles oriundos das diligências promovidas.

17.12. Qualquer licitante poderá, **de forma imediata, após a declaração do vencedor do certame (subitem 10.10), manifestar sua intenção de recorrer em face das decisões proferidas na fase de habilitação, sob pena de preclusão.**

17.12.1. Após a declaração do vencedor do certame, será concedido na sessão pública o prazo de 15 (quinze) minutos para que qualquer licitante manifeste, de forma imediata, em campo próprio do sistema, a intenção de recorrer de que trata o subitem 10.12, de forma motivada, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: [prefeiturasmq@gmail.com](mailto:prefeiturasmq@gmail.com)

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

**Administração 2025 – 2028**

**Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente**

17.12.2. O prazo e a forma de apresentação das razões recursais deverão observar o disposto no item 8 deste Edital.

## **18. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

18.1. Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá enviar os seguintes documentos, observando o procedimento disposto no item 10.2 deste Edital:

## **19. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

19.1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

19.1.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br) ;

19.1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

19.1.4. Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: decreto de autorização para funcionamento no Brasil;

19.1.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

19.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;

19.1.7. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) (sócios ou proprietário da empresa);

19.1.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva

19.1.9. Certidão simplificada emitida pela junta comercial do estado, expedida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à data de apresentação das propostas.

## **20. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

20.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

20.1.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

20.1.3. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

20.1.4. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

20.1.5. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da





# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: [prefeiturasmq@gmail.com](mailto:prefeiturasmq@gmail.com)

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

**Administração 2025 – 2028**

**Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente**

Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na formada respectiva legislação de regência.

20.1.6. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

20.1.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

20.1.8. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

20.1.9. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

20.1.9.1. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## **21. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

21.1.1. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, assim apresentados:

**a.1)** sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima): publicados em Diário Oficial ou em jornal de grande circulação, ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

**a.2)** para balanço escriturado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED o mesmo deverá estar acompanhado do Termo de Abertura e Encerramento, Recibo de Entrega de Livro Digital e Recibo de Entrega da Escrituração (FCONT) encaminhada a RFB;

**a.3)** sociedades empresárias e não empresárias e sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES NACIONAL): fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente, ou fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis, devidamente registradas ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante;

**a.4)** sociedade criada no exercício em curso: fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante;

**a.5)** o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão conter assinatura do



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: [prefeiturasmq@gmail.com](mailto:prefeiturasmq@gmail.com)

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

**Administração 2025 – 2028**

**Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente**

responsável da empresa e do profissional de contabilidade habilitado e devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

a.6) Se houver necessidade de atualização do balanço patrimonial, deverá ser apresentado também o memorial de cálculo correspondente, assinados pelo licitante e pelo contador (constando número registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC).

b) A comprovação da boa situação econômico-financeira da empresa será avaliada pelos índices abaixo, apurados com base nos balanços apresentados, os quais deverão vir com os respectivos valores calculados, conforme estabelecido no Art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021. As empresas que apresentarem resultado diferentes dos parâmetros estabelecidos em qualquer um dos índices apurados, deve comprovar, para fins de habilitação, capital social mínimo ou patrimônio líquido no limite de 10% do valor estimado da licitação;

## Índice de Liquidez Geral:

$$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não circulante}} \geq 1,0$$

## Índice Liquidez Corrente

$$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1,0$$

## Índice de Solvência Geral:

$$\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não circulante}} \geq 1,0$$

c) O Balanço Patrimonial e

Demonstrações Contábeis de Resultado estão dispensados para MEI – Microempreendedor Individual e Empresas Enquadradas no SIMPLES NACIONAL desde que comprove tal situação com a apresentação da Certidão do Simples emitida no link <https://www8.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional/aplicacoes.aspx?id=21>.

21.1.2. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data de expedição ou revalidação dos últimos 30 (trinta) dias anteriores à data da realização da licitação, caso o documento não consigne prazo de validade.

a) Na hipótese em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: [prefeiturasmq@gmail.com](mailto:prefeiturasmq@gmail.com)

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

**Administração 2025 – 2028**

**Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente**

comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

## 22. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

22.1. A qualificação técnica será comprovada mediante:

- a) prova de inscrição ou registro da empresa e de seus responsáveis técnicos no CREA e/ou CAU, na forma da legislação aplicável;
- b) atestado de capacidade técnico-operacional, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprovem execução de serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto licitado;
- c) atestados de capacidade técnico-profissional, em nome do responsável técnico da licitante, acompanhados das respectivas CATs, que comprovem execução de serviços compatíveis com o objeto licitado;
- d) comprovação de que o responsável técnico pertence ao quadro da licitante na data prevista para apresentação da proposta, admitindo-se as formas previstas em lei e neste Edital.

Os responsáveis técnicos pela execução do objeto deverão pertencer ao quadro de pessoal da licitante, na data prevista para entrega da proposta, podendo a comprovação ocorrer mediante:

- a) certidão de registro de pessoa jurídica onde conste o nome do profissional;
- b) contrato social, no caso de pertencimento ao quadro societário;
- c) contrato de prestação de serviços, com possibilidade de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor.

Durante a execução do contrato, os profissionais poderão ser substituídos, nos termos da lei, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

A substituição do responsável técnico sem prévia anuência da Administração constitui descumprimento contratual.

22.1.1. As licitantes deverão disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, inclusive cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes CATs, endereço atual da contratante e local em que foram executados os serviços.

22.1.2. **ALVARÁ DE LICENÇA E FUNCIONAMENTO**, relativo ao exercício do ano corrente, expedido pelo órgão municipal da sede da licitante;

## 23. DOS RECURSOS

23.1. Caberá recurso em face do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação de licitante, observadas as seguintes disposições:



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: [prefeiturasmq@gmail.com](mailto:prefeiturasmq@gmail.com)

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

**Administração 2025 – 2028**

**Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente**

I - A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, na forma e no prazo previsto no prazo de 15 (quinze) minutos após a declaração do vencedor, **sob pena de preclusão**;

II – O prazo para apresentação das razões recursais, é de 03 (três) dias úteis, será iniciado na sessão pública em que o licitante for declarado vencedor do certame (subitem 21.1 deste Edital);

III – A apreciação e julgamento dos recursos interpostos em face do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação de licitante se dará em fase única.

IV – Os recursos deverão ser exclusivamente pelo sistema de disputa, em campo próprio atendendo ao prazo estipulado em edital.

23.2. A não apresentação das razões mencionadas no prazo descrito no item II do subitem 24,1 acarretará, como consequência, a análise do recurso pela síntese dos motivos apresentadas em sede da manifestação de recorrer.

23.2.1. Na hipótese de que trata o subitem 24.1 II, o recurso não será conhecido caso não seja possível compreender as razões indicadas pelo licitante, tenha caráter meramente protelatório, ou seja baseado em fatos genéricos.

23.3. Os demais licitantes, desde logo, ficam intimados para, se desejarem, apresentarem suas contrarrazões, no prazo 03 (três) dias úteis, contados do término do prazo do licitante recorrente.

23.4. A apresentação das razões e das contrarrazões dos recursos deverá ser realizada, única e exclusivamente, em campo próprio do sistema eletrônico, observados os prazos estabelecidos nos itens anteriores.

23.5. Fica assegurada vista imediata dos autos do pregão, com a finalidade de subsidiar a preparação de recursos e de contrarrazões.

23.6. O recurso de que trata o subitem 24.1 deste Edital será dirigido ao Pregoeiro que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

23.6.1. A autoridade competente poderá solicitar auxílio do órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas jurídicas e subsidiá-la com as informações necessárias.

23.6.2. O prazo para proferir a decisão ficará suspenso caso a autoridade competente solicite o auxílio de que trata o subitem 24.6.1.

23.7. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

23.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

## 24. DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

24.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação e exauridos os recursos administrativos, o Pregoeiro deverá elaborar um breve relatório contendo os fatos ocorridos no procedimento e a proposta de adoção de uma das condutas do art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021:

I - determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

II - revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade, resultante de fato superveniente devidamente comprovado;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: [prefeiturasmq@gmail.com](mailto:prefeiturasmq@gmail.com)

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

**Administração 2025 – 2028**

**Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente**

III - proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

IV - adjudicar o objeto e homologar a licitação.

24.2. O processo licitatório, acompanhado do relatório de que trata o subitem 12.1, será encaminhado à autoridade máxima do órgão ou entidade demandante, a qual deverá adotar uma das condutas descritas no item anterior.

## 25. DOS CONTRATOS

25.1. As contratações eventualmente formalizadas pelo órgão ou entidade participante deverão observar o disposto naquele instrumento jurídico, bem como respeitar as condições e requisitos constantes no Termo de Referência.

## 26. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

26.1. As sanções são aquelas previstas no item 14 do Termo de Referência.

### Da Aplicação da Sanção

26.2. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## 27. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

27.1. Qualquer pessoa poderá, **até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame**, impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos.

27.2. A impugnação ao edital e o pedido de esclarecimento deverão ser enviadas **exclusivamente em campo próprio do Sistema LICITANET - Licitações Eletrônicas 4.0**.

27.3. Compete ao Pregoeiro receber, examinar e responder os pedidos de esclarecimentos e decidir as impugnações.

27.3.1. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

27.3.2. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro nos autos do processo de licitação.

27.4. As respostas aos pedidos de esclarecimento e impugnações vincularão os participantes e a Administração.

27.5. Na hipótese de alteração do instrumento convocatório em decorrência do acolhimento da impugnação ou do esclarecimento feito, aplica-se o disposto no §1º do art. 55 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

## 28. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

30.1. Todas as referências de tempo estabelecidas no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília.

30.2. Toda a documentação exigida para o certame deverá ser anexada no sistema eletrônico e/ou



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO**

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: [prefeiturasmq@gmail.com](mailto:prefeiturasmq@gmail.com)

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

**Administração 2025 – 2028**

**Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente**

apresentado em formato legível.

- 30.3. É permitida a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, cujos documentos serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários.
- 30.4. Ao participar da presente licitação, os licitantes assumem integralmente a responsabilidade pela autenticidade e veracidade de todos os documentos e informações prestadas, respondendo, na forma da lei, por qualquer irregularidade constatada.
- 30.5. Caso o Pregoeiro julgue necessário, a autenticidade dos documentos apresentados por meio do sistema eletrônico poderá ser verificada:
- I – mediante apresentação de original perante o Pregoeiro ou os servidores que compõem a sua equipe de apoio;
  - II – por meio de autenticação por cartório competente;
  - III – por meio de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;
  - IV – perante publicação em Diário Oficial e/ou documento disponível na Internet, no site oficial do órgão emissor.
- 30.6. As declarações da empresa licitante solicitadas no edital deverão ser assinadas e identificadas (nome completo, RG e CPF) pelo representante legal ou pelo procurador por ele constituído, não havendo a necessidade de autenticação do documento.
- 30.7. No caso de documentação assinada por procurador, o Pregoeiro solicitará na sessão o envio da procuração outorgada pelo representante legal da licitante, devidamente autenticado por cartório competente, ou assinada digitalmente por meio de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, sob pena de desclassificação ou inabilitação.
- 30.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 30.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 30.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, deverão ser observadas as regras previstas no art. 183 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 30.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.
- 30.12. As informações inerentes a este pregão poderão ser obtidas, pelos interessados, na Sala de Licitação, localizada na Sede de Prefeitura Pça. Aurelina Mota Santos, 218 – Centro, CEP: 39.928-000, Santa Maria do Salto(MG), ou pelo telefone nº (33) 33727-1145 em dias úteis ou pelo e-mail:





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO**

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: [prefeiturasmq@gmail.com](mailto:prefeiturasmq@gmail.com)

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

**Administração 2025 – 2028**

**Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente**

[licitacao@santamariadosalto.mg.gov.br](mailto:licitacao@santamariadosalto.mg.gov.br).

30.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

30.14. A cópia do Edital e seus Anexos poderá ser retirada junto à Comissão de contratação, mediante apresentação do recolhimento da taxa de reprodução, proporcional ao número de cópias.

30.15. O edital estará disponível no link <https://www.santamariadosalto.mg.gov.br/licitacoes/1>

30.16. Fica eleito o foro da cidade de Jacinto, Estado de Minas Gerais, renunciando-se a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para processar as questões resultantes desta licitação e que não possam ser dirimidas administrativamente.

30.17. Integram o presente edital, independentemente de qualquer transcrição, os anexos:

**Anexo I** Termo de Referência;

**Anexo II** - Modelo de Proposta de Preços;

**Anexo III** – Declaração Unificada Lei 14.133/2021;

**Anexo IV** – Minuta do Contrato Administrativo;

Santa Maria do Salto(MG), 09 de junho de 2026.

**Antônio Marcos Silva dos Santos**  
**Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura**  
**Matrícula: 2648**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: [prefeiturasmq@gmail.com](mailto:prefeiturasmq@gmail.com)

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

**Administração 2025 – 2028**

**Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 029/2026**

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

## 1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para execução de serviços comuns de engenharia para restabelecimento de estradas vicinais no Município de Santa Maria do Salto/MG, em atendimento ao Processo nº 59052.038805/2026-19, decorrente da decretação de Situação de Emergência em razão das chuvas intensas ocorridas em 28 de fevereiro de 2026, conforme metas aprovadas pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil – SEDEC, observadas as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

METAS DEFESA CIVIL			
ITEM	META	DESCRIÇÃO	VL. TOTAL
1	1	META 01 - TRECHO ALVIMAR - RESTABELECIMENTO TRAFEGABILIDADE NA ESTRADA QUE UNE A SEDE DO MUNICÍPIO AO DESTRITO DO TALISMÃ	R\$ 34.488,25
2	2	META 02 - TRECHO ALVIMAR - RESTABELECIMENTO TRAFEGABILIDADE NA ESTRADA QUE UNE A SEDE DO MUNICÍPIO AO DESTRITO DO TALISMÃ	R\$ 21.395,31
3	3	META 03 - TRECHO PONTE SERRADOR - RESTABELECIMENTO TRAFEGABILIDADE NA ESTRADA QUE UNE A SEDE DO MUNICÍPIO AO DESTRITO DO TALISMÃ	R\$ 32.524,20
4	4	META 04 - TRECHO DÃO DE LORA - RESTABELECIMENTO TRAFEGABILIDADE NA ESTRADA QUE UNE A SEDE DO MUNICÍPIO AO DESTRITO DO TALISMÃ	R\$ 16.919,36
5	5	META 05 - TRECHO DADAI - RESTABELECIMENTO TRAFEGABILIDADE NA ESTRADA QUE UNE A SEDE DO MUNICÍPIO AO DESTRITO DO TALISMÃ	R\$ 16.919,36
6	6	META 06 - TRECHO DÃO RODRIGUES - RESTABELECIMENTO TRAFEGABILIDADE NA ESTRADA QUE UNE A SEDE DO MUNICÍPIO AO DESTRITO DO TALISMÃ	R\$ 15.099,11
7	7	META 07 - TRECHO UBIRATAM - RESTABELECIMENTO TRAFEGABILIDADE NA ESTRADA QUE UNE A SEDE DO MUNICÍPIO AO DESTRITO DO TALISMÃ	R\$ 28.120,72
8	8	META 08- TRECHO UBIRATAM - RESTABELECIMENTO TRAFEGABILIDADE NA ESTRADA QUE UNE A SEDE DO MUNICÍPIO AO DESTRITO DO TALISMÃ	R\$ 29.392,15



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: [prefeiturasmq@gmail.com](mailto:prefeiturasmq@gmail.com)

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

**Administração 2025 – 2028**

**Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente**

9	9	META 09 - TRECHO ZEZINHO - RESTABELECIMENTO TRAFEGABILIDADE NA ESTRADA QUE UNE A SEDE DO MUNICÍPIO AO DESTRITO DO TALISMÃ	R\$ 32.248,72
10	10	META 10 - TRECHO ANTONÍCIO - RESTABELECIMENTO TRAFEGABILIDADE NA ESTRADA QUE UNE A SEDE DO MUNICÍPIO AO DESTRITO DO TALISMÃ	R\$ 15.135,00
11	11	META 11 - TRECHO NACIREMA - RESTABELECIMENTO TRAFEGABILIDADE NA ESTRADA QUE UNE A SEDE DO MUNICÍPIO AO DESTRITO DO TALISMÃ	R\$ 7.897,00
12	12	META 12 - TRECHO AURENI - RESTABELECIMENTO TRAFEGABILIDADE NA ESTRADA QUE UNE A SEDE DO MUNICÍPIO À COMUNIDADE DOS FAUSTINOS	R\$ 22.940,48
13	13	META 13 - TRECHO JOÃO DA PRAIA - RESTABELECIMENTO TRAFEGABILIDADE NA ESTRADA QUE UNE A SEDE DO MUNICÍPIO À COMUNIDADE DOS FAUSTINOS	R\$ 23.312,55
14	14	META 14 - TRECHO FLORINHA - RESTABELECIMENTO TRAFEGABILIDADE NA ESTRADA QUE UNE A SEDE DO MUNICÍPIO À COMUNIDADE DOS FAUSTINOS	R\$ 21.465,93
<b>VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO</b>			<b>R\$ 317.858,14</b>

1.2. As Planilhas Orçamentárias de Custos referentes a cada um dos respectivos itens constam nos anexos deste Termo de Referência.

1.3. Os documentos auxiliares e os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços de referência e das quantidades, nos termos do [art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021](#), constam dos autos do PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 029/2026.

1.4. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como de natureza comum, nos termos da Lei nº 14.133/2021

1.5. Os serviços objeto desta contratação enquadram-se como serviços comuns de engenharia, uma vez que são padronizados, amplamente utilizados no setor da construção civil e passíveis de execução por empresas regularmente habilitadas, conforme classificação do engenheiro responsável técnico da Prefeitura Municipal de Santa Maria do Salto/MG, Gardyello Luz Silva, Engenheiro Civil – Matrícula 3095.

1.6. O Licitante deverá apresentar a descrição detalhada do objeto ofertado em sua proposta de preço, sob pena de desclassificação, e obedecer em suas especificações as normas estabelecidas em Lei, observando as descrições acima.

1.7. O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR LOTE**.

1.8. O prazo de vigência da contratação é de **06 (seis) meses**, com início na data de sua assinatura, prorrogável na forma do [art. 105 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

1.9. O Termo de Contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO**

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: [prefeiturasmq@gmail.com](mailto:prefeiturasmq@gmail.com)

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

**Administração 2025 – 2028**

**Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente**

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

**2.1.** A presente contratação decorre dos severos danos ocasionados pelas chuvas intensas registradas no Município de Santa Maria do Salto/MG em 28 de fevereiro de 2026, evento que ocasionou erosões, rompimentos de aterros, destruição de dispositivos de drenagem, assoreamentos, comprometimento da plataforma das vias e interrupção do tráfego em diversos trechos das estradas vicinais do município.

**2.2.** As estradas atingidas constituem os principais acessos para escoamento da produção agrícola, transporte escolar, deslocamento de pacientes para atendimento médico e acesso das comunidades rurais à sede municipal.

**2.3.** A não execução dos serviços comprometerá significativamente a mobilidade da população rural, o abastecimento local e a prestação de serviços públicos essenciais.

**2.4.** As intervenções propostas foram previamente vistoriadas e aprovadas pela Defesa Civil Nacional, sendo contempladas no Plano de Trabalho aprovado através do Processo S2ID nº 59052.038805/2026-19.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

**3.1.** A solução consiste na execução de serviços de engenharia destinados ao restabelecimento da trafegabilidade das estradas vicinais afetadas pelo desastre natural, compreendendo:

- Limpeza mecanizada das áreas afetadas;
- Escavações;
- Remoção de materiais carreados pelas chuvas;
- Transporte de materiais;
- Reconstrução de aterros;
- Compactação mecânica;
- Regularização de plataforma;
- Reconstrução de dispositivos de drenagem;
- Assentamento de tubos de concreto;
- Construção de alas e cabeceiras;
- Enrocamentos;
- Proteções contra erosão;
- Recomposição de acessos;
- Demais serviços previstos nas planilhas orçamentárias aprovadas pela Defesa Civil.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**4.1.** A empresa contratada deverá:

- Possuir registro regular no CREA;
- Possuir responsável técnico habilitado;
- Emitir ART de execução;
- Disponibilizar equipamentos compatíveis com os serviços de terraplenagem e drenagem;
- Manter diário de execução atualizado;
- Executar os serviços conforme projetos e memoriais aprovados pela Defesa Civil;
- Atender às normas da ABNT, DNIT e legislação ambiental aplicável.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: [prefeiturasmq@gmail.com](mailto:prefeiturasmq@gmail.com)

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

**Administração 2025 – 2028**

**Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente**

## Condições de Execução – Informações Técnicas sobre os Serviços

5.1. A execução do objeto compreenderá a contratação de empresa especializada para execução de serviços comuns de engenharia para restabelecimento de estradas vicinais no Município de Santa Maria do Salto/MG, em atendimento ao Processo nº 59052.038805/2026-19, decorrente da decretação de Situação de Emergência em razão das chuvas intensas ocorridas em 28 de fevereiro de 2026, conforme metas aprovadas pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil – SEDEC, conforme declarado pelo responsável técnico da Prefeitura Municipal.

5.2. A execução abrangerá, conforme o projeto básico e as composições de custo, os seguintes grupos de serviços:

### 5.3. Escopo dos Serviços

A execução compreenderá:

#### **Terraplenagem**

- Escavação mecânica;
- Carga e transporte de materiais;
- Reconstrução de aterros;
- Compactação mecânica;
- Regularização de plataforma.

#### **Drenagem**

- Assentamento de tubos de concreto;
- Construção de alas;
- Construção de cabeceiras;
- Reconstituição de bueiros;
- Drenagem superficial.

#### **Contenção**

- Enrocamentos de pedra;
- Proteções de taludes;
- Recuperação de erosões.

#### **Recuperação Viária**

- Restabelecimento da seção transversal das estradas;
- Reconformação da pista;
- Garantia de trafegabilidade permanente.

#### **Prazo de Execução**

180 (cento e oitenta) dias.

#### **Recebimento**

Provisório e definitivo conforme artigos 140 e 141 da Lei Federal nº 14.133/2021.

## 6. DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

6.1. Nos termos do [art. 117 Lei Federal nº 14.133/2021](#), será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

6.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO**

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: [prefeiturasmq@gmail.com](mailto:prefeiturasmq@gmail.com)

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

**Administração 2025 – 2028**

**Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente**

de seus agentes e prepostos, de conformidade com o [art. 120 Lei Federal nº 14.133/2021](#).

6.3. representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

6.4. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração.

6.5. O fiscal designado não deverá ter exercido a função de Pregoeiro na licitação que tenha antecedido o contrato, a fim de preservar a segregação de funções (TCU, acórdão 1375/2015 - Plenário e, TCU, acórdão 2146/2011, Segunda Câmara).

6.6. A designação do fiscal deverá levar em conta potenciais conflitos de interesse, que possam ameaçar a qualidade da atividade a ser desenvolvida. (Acórdão TCU 3083/2010 – Plenário).

## **7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

7.1. O pagamento será efetuado de forma parcelada, conforme a efetiva execução dos serviços correspondentes a cada lote contratado, mediante medição devidamente aprovada pela fiscalização do contrato, observados os quantitativos efetivamente executados e os preços unitários constantes da proposta vencedora e da planilha orçamentária que integra este Edital.

7.2. A Contratada deverá apresentar, a cada período de medição, a respectiva Nota Fiscal ou Fatura, acompanhada do boletim de medição devidamente atestado pelo fiscal do contrato, bem como da documentação necessária à liquidação da despesa, quando exigida pela Administração.

7.3. Para fins de pagamento, serão considerados exclusivamente os serviços efetivamente executados, medidos e aceitos pela fiscalização, não sendo devido qualquer valor por serviços não realizados, executados em desacordo com as especificações contratuais ou ainda não aprovados pela Administração.

7.4. A remuneração da Contratada observará a unidade de medida prevista para cada item da planilha orçamentária, tais como metro quadrado, metro cúbico, metro linear, unidade, hora de equipamento ou transporte em TXKM, conforme o caso, de modo que o valor total do lote corresponderá à soma dos serviços medidos ao longo da execução contratual, limitado ao valor global contratado para o respectivo lote.

7.5. O pagamento somente será realizado após a conferência e aprovação da medição, a apresentação da Nota Fiscal ou Fatura e o regular cumprimento das exigências de liquidação da despesa, na forma da legislação aplicável.

7.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o prazo para pagamento ficará suspenso até que a Contratada adote as providências saneadoras, reiniciando-se a contagem após a regularização, sem ônus para a Contratante.

7.7. Os pagamentos serão efetuados no prazo de até 20 (vinte) dias corridos, contados da apresentação da Nota Fiscal ou Fatura e do respectivo atesto da medição, mediante ordem bancária para crédito em conta corrente de titularidade da Contratada.

7.8. Quando do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente.

7.9. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá retenção tributária quanto aos tributos e contribuições abrangidos por esse regime, devendo comprovar tal condição quando exigido pela Administração.

7.10. Em caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade ou quantidade, deverá ser observado o disposto na Lei nº 14.133/2021, com pagamento da parcela incontroversa, se houver, sem prejuízo da apuração da divergência.

## **8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

### **8.1. Qualificação Técnico-Operacional**





# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: [prefeiturasmq@gmail.com](mailto:prefeiturasmq@gmail.com)

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

**Administração 2025 – 2028**

**Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente**

Comprovação mediante atestado de capacidade técnica operacional, de execução de serviços compatíveis com:

- Terraplenagem;
- Escavação mecânica;
- Compactação de aterros;
- Recuperação de estradas vicinais;
- Assentamento de tubos de concreto;
- Execução de bueiros;
- Serviços de drenagem;
- Enrocamentos.

## 8.2. Qualificação Técnico-Profissional

Apresentação de responsável técnico detentor de atestado de capacidade técnica profissional compatível com:

- Serviços rodoviários;
- Recuperação de estradas;
- Drenagem;
- Terraplenagem;
- Serviços de contenção.

## 9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

## 10. DO REAJUSTE E REVISÃO DE PREÇOS

10.1. Os preços contratados poderão ser reajustados, conforme as seguintes regras:

10.2. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

10.2.1. O valor unitário fixado no Contrato poderá ser reajustado, para mais ou menos, de acordo com a variação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, aferido pelo IBGE, ou pelo índice que venha a substituí-lo, nos termos fixados neste Termo de Referência.

10.2.2. A periodicidade do reajustamento será anual, a contar da data do orçamento estimado.

10.2.3. O reajuste de preços deverá ser requerido, sob pena de preclusão.

10.2.4. Havendo comprovado **desequilíbrio no Contrato**, caberá **revisão de preço pactuado**, para mais ou para menos, nos termos fixados na Lei nº 14.133/2021.

10.2.5. No caso de desequilíbrio, cabe à parte que alega demonstrar concreta e objetivamente o quantum do impacto negativo.

## 11. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

11.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

11.1.1. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento.

11.1.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

11.1.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO**

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: [prefeiturasmq@gmail.com](mailto:prefeiturasmq@gmail.com)

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

**Administração 2025 – 2028**

**Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente**

que devam ser cumpridas de imediato.

11.1.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

11.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

11.2.1. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

11.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

11.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

11.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

11.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

11.7. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

## **11.8. Da Fiscalização**

11.8.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

## **11.9. Fiscalização Técnica**

11.9.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto Municipal nº 26-2025);

11.9.2. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto Municipal nº 26-2025, art. 22, II);

11.9.3. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto Municipal nº 26-2025, art. 22, III);

11.9.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto Municipal nº 26-2025, art. 22, IV).

11.9.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto Municipal nº 26-2025, art. 22, V).



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: [prefeiturasmq@gmail.com](mailto:prefeiturasmq@gmail.com)

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

**Administração 2025 – 2028**

**Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente**

**11.9.6.** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto Municipal nº 26-2025, art. 22, VII).

## **11.10. Fiscalização Administrativa**

**11.10.1.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto Municipal nº 26-2025).

**11.10.2.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto Municipal nº 26-2025, art. 23, IV).

## **11.11. Gestor do Contrato**

**11.11.1.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto Municipal nº 26-2025, art. 21, IV).

**11.11.2.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto Municipal nº 26-2025, art. 21, II).

**11.11.3.** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto Municipal nº 26-2025, art. 21, III).

**11.11.4.** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto Municipal nº 26-2025, art. 21, VIII).

**11.11.5.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto Municipal nº 26-2025, art. 21, X).

**11.11.6.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto Municipal nº 26-2025, art. 21, VI).

**11.11.7.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**11.11.8.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**11.11.9.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: [prefeiturasmq@gmail.com](mailto:prefeiturasmq@gmail.com)

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

**Administração 2025 – 2028**

**Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente**

estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

## **12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS - PENALIDADES**

- 12.1. Comete infração administrativa nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:
- 12.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 12.3. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 12.4. Dar causa à inexecução total do contrato;
- 12.5. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 12.6. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 12.7. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.8. Ensejar o retardamento da execução ou da execução do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 12.9. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 12.10. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 12.11. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 12.12. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 12.13. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 12.14. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 12.15. Nos casos de retardamento, de falha na execução do contrato ou de inexecução parcial ou de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, a CONTRATADA poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas nos itens “12.19” a “12.29”, e nas tabelas 1 e 2 abaixo, com as seguintes penalidades:
- 12.16. Advertência;
- 12.17. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 16.1.2 a 16.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 12.18. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 12.9 a 12.13, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 12.19. Configurar-se-á a inexecução total, entre outras hipóteses, quando:
- 12.20. O atraso injustificado na entrega, independentemente do quantitativo em atraso, for superior a 20 (vinte) dias corridos;
- 12.21. For executado objeto diverso do contratado.
- 12.22. No caso de inexecução total do objeto a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
- 12.23. Configurar-se-á o retardamento da execução do objeto, entre outras hipóteses, quando a CONTRATADA, sem causa justificada, deixar de iniciar, a qualquer tempo, a execução do contrato ou atrasar a execução do objeto definido no contrato.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: [prefeiturasmq@gmail.com](mailto:prefeiturasmq@gmail.com)

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

**Administração 2025 – 2028**

**Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente**

12.24. No caso de cometimento das infrações elencadas no item acima, a CONTRATADA poderá ser sancionada com multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, até o limite de 20% (vinte por cento).

12.25. Configurar-se-á a inexecução parcial do objeto, entre outras hipóteses, quando decorridos 20 (vinte) dias corridos do término do prazo estabelecido para a execução do contrato, houver execução dos serviços do objeto pela CONTRATADA, mas não em sua totalidade.

12.26. No caso de inexecução parcial do objeto a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor total do contrato.

12.27. O contrato será rescindido unilateralmente pela Administração, nos casos de inexecução parcial ou de inexecução total do objeto, sem prejuízo da aplicação das sanções nele previstas e em legislação específica.

12.28. A falha na execução do contrato estará configurada quando a CONTRATADA se enquadrar em qualquer das situações previstas na tabela 2 do item 12.29 a seguir:

12.29. Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

**TABELA 1**

<b>GRAU DA INFRAÇÃO</b>	<b>CORRESPONDÊNCIA (% do valor total do Contrato)</b>
1	1%
2	2%
3	3%

**TABELA 2**

<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>GRAU</b>	<b>INCIDÊNCIA</b>
1	Manter empregado sem qualificação para a execução dos serviços.	1	Por empregado e por dia
2	Fornecer informação falsa de serviço ou substituição de serviços por outro de qualidade inferior.	2	Por ocorrência
3	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes	3	Por ocorrência
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado.	3	Por ocorrência
5	Permitir, por dolo ou culpa, situação que crie ou aumente os riscos de ocorrência de danos físicos, lesões corporais ou consequências letais.	3	Por ocorrência
<b>PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:</b>			
6	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições.	2	Por empregado e por dia





# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: [prefeiturasmq@gmail.com](mailto:prefeiturasmq@gmail.com)

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

**Administração 2025 – 2028**

**Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente**

7	Manter a documentação de habilitação atualizada.	2	Por item e por ocorrência
8	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus empregados.	1	Por ocorrência
9	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO.	2	Por ocorrência
10	Apresentar, quando solicitado, documentação fiscal e outros documentos necessários à comprovação do cumprimento dos demais encargos trabalhistas.	2	Por ocorrência e por dia
11	Entregar ou entregar com atraso ou incompleta a documentação exigida DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL.	2	Por ocorrência e por dia de atraso
12	Entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida por força do contrato.	2	Por ocorrência e por dia de atraso
13	Fornecer EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) aos seus empregados e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los.	2	Por empregado e por ocorrência
14	Cumprir quaisquer dos itens exigidos na contratação não previstos nesta tabela, após reincidência formalmente notificada pela unidade fiscalizadora.	3	Por item e por ocorrência

12.30. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.30.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

12.30.2. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.30.3. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.30.4. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.31. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.32. A aplicação das sanções previstas, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

12.33. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

12.34. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO**

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: [prefeiturasmq@gmail.com](mailto:prefeiturasmq@gmail.com)

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

**Administração 2025 – 2028**

**Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente**

12.35. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

12.36. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

12.37. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao contratado/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

## **13. DAS CONDIÇÕES GERAIS**

13.1. Consoante diretrizes contidas na Lei 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação, entende-se que não será necessário classificar este Termo de Referência como sigiloso, uma vez que não se trata de contratação que implique informações sensíveis à segurança institucional desta prefeitura.

13.2. No interesse da **PREFEITA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO-MG**, o objeto da contratação poderá sofrer acréscimos ou supressões, nos termos do art. 124, da Lei nº 14.133/2021, com a apresentação das devidas justificativas.

**GARDYELLO LUZ SILVA**

**SUPERVISOR DE PROJETOS E ENGENHARIA**

APROVO o presente Termo de Referência, cuja finalidade é subsidiar os interessados de todas as informações necessárias à participação do processo, estando presentes os elementos necessários à identificação do objeto e todos os critérios para participação de forma clara e concisa.

**ANTONIO MARCOS SILVA DOS SANTOS**

**SECRETÁRIO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: [prefeiturasmq@gmail.com](mailto:prefeiturasmq@gmail.com)

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

**Administração 2025 – 2028**

**Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 029/2026**

## ANEXO II

### MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

A

Prefeitura Municipal de Santa Maria do Salto/MG

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026

Objeto:

Apresentamos a Vossa Senhoria a nossa proposta de preços, detalhada na planilha anexa, para execução dos serviços do objeto de que trata o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026**, conforme especificação constante do Termo de Referência deste Edital.

### 1.3. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS:

METAS DEFESA CIVIL			
ITEM	META	DESCRIÇÃO	VL. TOTAL
1	1	META 01 - TRECHO ALVIMAR - RESTABELECIMENTO TRAFEGABILIDADE NA ESTRADA QUE UNE A SEDE DO MUNICÍPIO AO DESTRITO DO TALISMÃ	R\$ 34.488,25
2	2	META 02 - TRECHO ALVIMAR - RESTABELECIMENTO TRAFEGABILIDADE NA ESTRADA QUE UNE A SEDE DO MUNICÍPIO AO DESTRITO DO TALISMÃ	R\$ 21.395,31
3	3	META 03 - TRECHO PONTE SERRADOR - RESTABELECIMENTO TRAFEGABILIDADE NA ESTRADA QUE UNE A SEDE DO MUNICÍPIO AO DESTRITO DO TALISMÃ	R\$ 32.524,20
4	4	META 04 - TRECHO DÃO DE LORA - RESTABELECIMENTO TRAFEGABILIDADE NA ESTRADA QUE UNE A SEDE DO MUNICÍPIO AO DESTRITO DO TALISMÃ	R\$ 16.919,36
5	5	META 05 - TRECHO DADAI - RESTABELECIMENTO TRAFEGABILIDADE NA ESTRADA QUE UNE A SEDE DO MUNICÍPIO AO DESTRITO DO TALISMÃ	R\$ 16.919,36
6	6	META 06 - TRECHO DÃO RODRIGUES - RESTABELECIMENTO TRAFEGABILIDADE NA ESTRADA QUE UNE A SEDE DO MUNICÍPIO AO DESTRITO DO TALISMÃ	R\$ 15.099,11
7	7	META 07 - TRECHO UBIRATAM - RESTABELECIMENTO TRAFEGABILIDADE NA ESTRADA QUE UNE A SEDE DO MUNICÍPIO AO DESTRITO DO TALISMÃ	R\$ 28.120,72
8	8	META 08- TRECHO UBIRATAM - RESTABELECIMENTO TRAFEGABILIDADE NA ESTRADA QUE UNE A SEDE DO MUNICÍPIO AO DESTRITO DO TALISMÃ	R\$ 29.392,15



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: [prefeiturasmq@gmail.com](mailto:prefeiturasmq@gmail.com)

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

**Administração 2025 – 2028**

**Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente**

9	9	META 09 - TRECHO ZEZINHO - RESTABELECIMENTO TRAFEGABILIDADE NA ESTRADA QUE UNE A SEDE DO MUNICÍPIO AO DESTRITO DO TALISMÃ	R\$ 32.248,72
10	10	META 10 - TRECHO ANTONÍCIO - RESTABELECIMENTO TRAFEGABILIDADE NA ESTRADA QUE UNE A SEDE DO MUNICÍPIO AO DESTRITO DO TALISMÃ	R\$ 15.135,00
11	11	META 11 - TRECHO NACIREMA - RESTABELECIMENTO TRAFEGABILIDADE NA ESTRADA QUE UNE A SEDE DO MUNICÍPIO AO DESTRITO DO TALISMÃ	R\$ 7.897,00
12	12	META 12 - TRECHO AURENI - RESTABELECIMENTO TRAFEGABILIDADE NA ESTRADA QUE UNE A SEDE DO MUNICÍPIO À COMUNIDADE DOS FAUSTINOS	R\$ 22.940,48
13	13	META 13 - TRECHO JOÃO DA PRAIA - RESTABELECIMENTO TRAFEGABILIDADE NA ESTRADA QUE UNE A SEDE DO MUNICÍPIO À COMUNIDADE DOS FAUSTINOS	R\$ 23.312,55
14	14	META 14 - TRECHO FLORINHA - RESTABELECIMENTO TRAFEGABILIDADE NA ESTRADA QUE UNE A SEDE DO MUNICÍPIO À COMUNIDADE DOS FAUSTINOS	R\$ 21.465,93
<b>VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO</b>			<b>R\$ 317.858,14</b>

Para tanto, nos propomos a executar os serviços licitados pelos preços unitários constantes da planilha de quantitativos e preços unitários anexa e pelo preço global de R\$ ( \_\_\_\_\_ ).

Os prazos para cumprimento do objeto são os que se seguem:

**a)** Prazo de validade da proposta:..... ( ..... ) dias;

Os dados da nossa empresa são:

- a)** Razão Social: \_\_\_\_\_;  
**b)** CNPJ n.º: \_\_\_\_\_;  
**c)** Endereço Completo: \_\_\_\_\_;  
**d)** Fone: \_\_\_\_\_;  
**e)** Fax (se houver): \_\_\_\_\_;  
**f)** E-mail: \_\_\_\_\_;  
**g)** Conta Bancária/Agência-MGnco: \_\_\_\_\_.

Local, Data Razão Social CNPJ

(nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).

**Observação:** emitir em papel que identifique a licitante.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: [prefeiturasmq@gmail.com](mailto:prefeiturasmq@gmail.com)

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

**Administração 2025 – 2028**

**Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 029/2026**

## ANEXO III

### MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA LEI 14.133/2021

A empresa \_\_\_\_\_, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_,

\_\_\_\_\_ sediada na Rua \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_,

\_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, com o endereço eletrônico \_\_\_\_\_, situada no Estado de \_\_\_\_\_, através do seu representante legal, infra-assinado, e para os fins de participação da PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026, DECLARA sob as penalidades cabíveis, que:

I – para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/21, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos (inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal).

Ressalva: ( ) emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

II – não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

III – cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

IV – tem conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação;

V – cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que não se encontra impedida de participar de licitações por inidoneidade, na esfera municipal, estadual e federal ou suspensão de licitar com o município de Santa Maria do Salto MG;

VI – não se encontra impedida de disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, por nenhum dos casos descritos nos subitens do artigo 14 da Lei Federal 14133/2021;

VII – que as propostas econômicas apresentadas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

Santa Maria do Salto/MG, XX de XXXXXXXXXXXX de 2026.

(Nome e assinatura do representante legal da licitante)



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: [prefeiturasmq@gmail.com](mailto:prefeiturasmq@gmail.com)

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

**Administração 2025 – 2028**

**Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente**

## ANEXO IV

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 029/2026**

**MINUTA DO CONTRATO Nº XXX/2026**

Termo de Contrato que entre si fazem a  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA  
MARIA DO SALTO(MG)** e a Empresa  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

**O MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO SALTO – ESTADO DE MINAS GERAIS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 18.347.419/0001-80, com sede administrativa na Pça. Aurelina Mota Santos, 218 – Centro, CEP: 39.928-000, Santa Maria do Salto(MG), neste ato representado por seu Prefeito Municipal, **o Sr. Damião Souza Ormundo**, brasileiro, maior, capaz, residente e domiciliado no município de Santa Maria do Salto – Minas Gerais, doravante denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado a **CONTRATADA** abaixo qualificada, resolvem firmar o presente **CONTRATO DE Nº XXX/2026**, decorrente da licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026**, **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 029/2026** de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo às condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal nº 30/2025 e em conformidade com as disposições a seguir:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente termo de contrato tem por objeto **Contratação de empresa especializada para execução de serviços comuns de engenharia para restabelecimento de estradas vicinais no Município de Santa Maria do Salto/MG, em atendimento ao Processo nº 59052.038805/2026-19, decorrente da decretação de Situação de Emergência em razão das chuvas intensas ocorridas em 28 de fevereiro de 2026, conforme metas aprovadas pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil – SEDEC**, conforme especificações e quantitativos indicados no processo Administrativo Nº 029/2026 e relacionados nas planilhas contidas nos Anexos do PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2026 e na proposta vencedora.

1.2. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;
  - 1.2.2. O Edital;
  - 1.2.3. A Proposta do Contratado; e
  - 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.
- 1.3. Discriminação do objeto: (ANEXAR PLANILHA)

### CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: [prefeiturasmq@gmail.com](mailto:prefeiturasmq@gmail.com)

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

**Administração 2025 – 2028**

**Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente**

2.1.O prazo de vigência do contrato terá início na data de sua assinatura e encerramento em 06 (seis) meses após que ocorrer sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 O valor total da contratação é de R\$ xxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx);

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento, para o exercício de 2026 na classificação abaixo:

**SECRETARIA: UNIDADEGESTORA:**

**PROJETO/ATIVIDADE: ELEMENTO:**

**FONTE:**

**VALOR:**

4.2 No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

## CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1 O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência.

## CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E REVISÃO DE PREÇOS

6.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

6.2 O valor unitário fixado nesta avença poderá ser reajustado, para mais ou menos, de acordo com a variação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, aferido pelo IBGE, ou pelo índice que venha a substituí-lo, nos termos fixados no Termo de Referência.

6.3 A periodicidade do reajustamento será anual, a contar da data do orçamento estimado.

6.4 O reajuste de preços deverá ser requerido do contratado, sob pena de preclusão

6.5 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: [prefeiturasmq@gmail.com](mailto:prefeiturasmq@gmail.com)

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

**Administração 2025 – 2028**

**Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente**

- 6.7 O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.
- 6.8 Havendo comprovado desequilíbrio contratual, caberá revisão de preço pactuado, para mais ou para menos, nos termos fixados na Lei nº 14.133/2021.
- 6.9 No caso de desequilíbrio contratual, cabe à parte que alega demonstrar concreta e objetivamente o *quantum* do impacto negativo na economia contratual.

## CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 7.1. O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.
- 7.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- 7.3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 7.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 7.5 deste contrato.
- 7.5. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 7.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 7.6.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 7.6.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 7.6.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.
- 7.7. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 7.6, observada a legislação que rege a matéria.
- 7.8. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica, com correção monetária.
- 7.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.
- 7.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO**

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: [prefeiturasmq@gmail.com](mailto:prefeiturasmq@gmail.com)

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

**Administração 2025 – 2028**

**Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente**

deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

7.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

7.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

7.13. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

7.14. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei nº 14.133/2021).

7.15. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662/2022.

7.16. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

7.17. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

7.18. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

7.19. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

7.20. A garantia de execução é independente de eventual garantia do serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

## **CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

### **Condições de Execução – Informações Técnicas sobre os Serviços**

6.1. A execução do objeto compreenderá a Contratação de empresa especializada para execução de serviços comuns de engenharia para restabelecimento de estradas vicinais no Município de Santa Maria do Salto/MG, em atendimento ao Processo nº 59052.038805/2026-19, decorrente da decretação de Situação de Emergência em razão das chuvas intensas ocorridas em 28 de fevereiro de 2026, conforme metas aprovadas pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil – SEDEC, conforme declarado pelo responsável técnico da Prefeitura Municipal.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: [prefeiturasmq@gmail.com](mailto:prefeiturasmq@gmail.com)

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

**Administração 2025 – 2028**

**Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente**

6.2. A execução abrangerá, conforme o projeto básico e as composições de custo, os seguintes grupos de serviços:

### 6.3. Escopo dos Serviços

A execução compreenderá:

#### **Terraplenagem**

- Escavação mecânica;
- Carga e transporte de materiais;
- Reconstrução de aterros;
- Compactação mecânica;
- Regularização de plataforma.

#### **Drenagem**

- Assentamento de tubos de concreto;
- Construção de alas;
- Construção de cabeceiras;
- Reconstituição de bueiros;
- Drenagem superficial.

#### **Contenção**

- Enrocamentos de pedra;
- Proteções de taludes;
- Recuperação de erosões.

#### **Recuperação Viária**

- Restabelecimento da seção transversal das estradas;
- Reconformação da pista;
- Garantia de trafegabilidade permanente.

#### **Prazo de Execução**

180 (cento e oitenta) dias.

#### **Recebimento**

Provisório e definitivo conforme artigos 140 e 141 da Lei Federal nº 14.133/2021.

## CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A CONTRATADA submeter-se-á à mais ampla e irrestrita fiscalização pela CONTRATANTE, que acompanhará a execução do objeto, poderá solicitar esclarecimentos e reclamará a correção de eventuais falhas, devendo a CONTRATADA apresentar relatório dos serviços executados junto à Nota Fiscal, para atesto pelo responsável designado pela CONTRATANTE.

9.2. Além de todas as demais previstas em Lei, são obrigações da Contratada:

9.3. cumprir as demais disposições contidas no Termo de Referência;

9.4. manter comunicação formal com a instituição por meio de endereço eletrônico, o qual deve ser verificado diariamente e acusado o recebimento;

9.5. Não o fazendo, no decurso de 5 (cinco) dias corridos, o seu silêncio será reputado como comunicação/notificação recebida.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO**

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: [prefeiturasmq@gmail.com](mailto:prefeiturasmq@gmail.com)

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

**Administração 2025 – 2028**

**Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente**

- 9.6. atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133/2021);
- 9.7. executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar, quando exigido, os materiais e equipamentos necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas no Termo de Referência e em sua proposta;
- 9.8. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o CDC, bem como por todo e qualquer dano causado à Contratante, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.9. responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 9.10. prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço;
- 9.11. paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.12. promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.13. executar os serviços impreterivelmente, nos prazos previstos, no local designado e conforme especificações constantes no Termo de Referência;
- 9.14. conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos;
- 9.15. submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do termo de referência;
- 9.16. não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.17. cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei nº 14.133/2021);
- 9.18. comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO**

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: [prefeiturasmq@gmail.com](mailto:prefeiturasmq@gmail.com)

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

**Administração 2025 – 2028**

**Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente**

fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021);

9.19. guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.20. arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos serviços descrito na sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, “d”, da Lei nº 14.133/2021;

9.21. cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante, quando aplicável ao caso;

9.22. prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

9.23. refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

9.24. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo de 24hs (vinte e quatro horas), contados da notificação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

9.25. comunicar à contratante, no prazo máximo de 24hs (vinte e quatro horas) que antecedam o prazo de vencimento da execução dos serviços, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento;

9.26. responsabilizar-se perante a Administração e terceiros, por ações ou omissões de seus empregados, prepostos e contratados, das quais resultem danos ou prejuízos a pessoas ou bens, não implicando corresponsabilidade da CONTRATANTE;

9.27. responsabilizar-se por todos os custos, diretos e indiretos, inclusive transporte, de pessoal, necessários à adequada e regular entrega dos serviços contratados, em plena conformidade com os termos e especificações, inclusive prazos, horários e local de execução, previstos no Termo de Referência e anexos;

9.28. assumir todos os encargos sociais, trabalhistas, fiscais, previdenciários e comerciais resultantes da execução contratual, bem como por eventuais demandas de caráter cível ou penal;

9.29. manter, durante a vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, devendo comunicar à Administração, por escrito, qualquer normalidade de caráter urgente e prestar esclarecimentos julgados necessários;

9.30. aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite legalmente permitido.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO**

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: [prefeiturasmq@gmail.com](mailto:prefeiturasmq@gmail.com)

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

**Administração 2025 – 2028**

**Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente**

## **CLÁUSULA DECIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 10.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 10.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 10.3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.
- 10.4 Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato.
- 10.5 Ter pessoal disponível para acompanhar execução dos serviços contratados.
- 10.6 Pagar à Contratada o valor resultante da execução, no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 10.7 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com a legislação vigente.
- 10.8 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento do objeto do contrato.
- 10.9 Arquivar, entre outros documentos, projetos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do objeto e notificações expedidas.
- 10.10 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 10.11 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
  - 10.11.1 A Administração terá o prazo de no máximo 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 10.12 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 10.13 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, quando for o caso.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

- 11.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do contrato administrativo, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 11.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 11.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 11.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 11.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado





# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: [prefeiturasmq@gmail.com](mailto:prefeiturasmq@gmail.com)

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

**Administração 2025 – 2028**

**Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente**

eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7 O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

12.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

12.1.1 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

12.1.2 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.1.3 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

12.1.4 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

12.2 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: [prefeiturasmq@gmail.com](mailto:prefeiturasmq@gmail.com)

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

**Administração 2025 – 2028**

**Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente**

119).

12.3 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

12.4 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

12.5 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

## **12.6 Da Fiscalização**

12.6.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

## **12.7 Fiscalização Técnica**

12.7.1 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 017, de 2024, art. 22, VI);

12.7.2 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 017, de 2024, art. 22, II);

12.7.3 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 017, de 2024, art. 22, III);

12.7.4 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 017, de 2024, art. 22, IV).

12.7.5 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 017, de 2024, art. 22, V).

12.7.6 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 017, de 2024, art. 22, VII).

## **12.8 Fiscalização Administrativa**

12.8.1 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 017, de 2024).

12.8.2 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 017, de 2024, art. 23, IV).

## **12.9 Gestor do Contrato**

12.9.1 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO**

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: [prefeiturasmq@gmail.com](mailto:prefeiturasmq@gmail.com)

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

**Administração 2025 – 2028**

**Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente**

contrato, a

exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 017, de 2024, art. 21, IV).

12.9.2 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 017, de 2024, art. 21, II).

12.9.3 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 017, de 2024, art. 21, III).

12.9.4 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 017, de 2024, art. 21, VIII).

12.9.5 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 017, de 2024, art. 21, X).

12.9.6 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 017, de 2024, art. 21, VI).

12.9.7 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

13.1. Comete infração administrativa nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO**

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: [prefeiturasmq@gmail.com](mailto:prefeiturasmq@gmail.com)

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

**Administração 2025 – 2028**

**Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente**

- 13.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 13.3. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 13.4. Dar causa à inexecução total do contrato;
- 13.5. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 13.6. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 13.7. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 13.8. Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 13.9. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 13.10. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 13.11. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 13.12. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 13.13. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 13.14. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 13.15. Nos casos de retardamento, de falha na execução do contrato ou de inexecução parcial ou de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, a CONTRATADA poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas nos itens “12.19” a “12.29”, e nas tabelas 1 e 2 abaixo, com as seguintes penalidades:
- 13.16. Advertência;
- 13.17. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 16.1.2 a 16.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 13.18. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 12.9 a 12.13, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 13.19. Configurar-se-á a inexecução total, entre outras hipóteses, quando:
- 13.20. O atraso injustificado na execução, independentemente do quantitativo em atraso, for superior a 20 (vinte) dias corridos;
- 13.21. For executado objeto diverso do contratado.
- 13.22. No caso de inexecução total do objeto a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
- 13.23. Configurar-se-á o retardamento da execução do objeto, entre outras hipóteses, quando a CONTRATADA, sem causa justificada, deixar de iniciar, a qualquer tempo, a execução do contrato ou atrasar a execução do objeto definido no contrato.
- 13.24. No caso de cometimento das infrações elencadas no item acima, a CONTRATADA poderá ser sancionada com multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, até o limite de 20% (vinte por cento).
- 13.25. Configurar-se-á a inexecução parcial do objeto, entre outras hipóteses, quando decorridos 20 (vinte) dias corridos do término do prazo estabelecido para a execução do contrato, houver execução dos serviços do objeto pela CONTRATADA, mas não em sua totalidade.
- 13.26. No caso de inexecução parcial do objeto a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor total do contrato.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: [prefeiturasmq@gmail.com](mailto:prefeiturasmq@gmail.com)

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

**Administração 2025 – 2028**

**Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente**

13.27. O contrato será rescindido unilateralmente pela Administração, nos casos de inexecução parcial ou de inexecução total do objeto, sem prejuízo da aplicação das sanções nele previstas e em legislação específica.

13.28. A falha na execução do contrato estará configurada quando a CONTRATADA se enquadrar em qualquer das situações previstas na tabela 2 do item 12.29 a seguir:

13.29. Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

**TABELA 1**

<b>GRAU DA INFRAÇÃO</b>	<b>CORRESPONDÊNCIA (% do valor total do Contrato)</b>
1	1%
2	2%
3	3%

**TABELA 2**

<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>GRAU</b>	<b>INCIDÊNCIA</b>
1	Manter empregado sem qualificação para a execução dos serviços.	1	Por empregado e por dia
2	Fornecer informação falsa de serviço ou substituição de serviços por outro de qualidade inferior.	2	Por ocorrência
3	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes	3	Por ocorrência
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado.	3	Por ocorrência
5	Permitir, por dolo ou culpa, situação que crie ou aumente os riscos de ocorrência de danos físicos, lesões corporais ou consequências letais.	3	Por ocorrência
<b>PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:</b>			
6	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições.	2	Por empregado e por dia
7	Manter a documentação de habilitação atualizada.	2	Por item e por ocorrência
8	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus empregados.	1	Por ocorrência
9	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO.	2	Por ocorrência



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: [prefeiturasmq@gmail.com](mailto:prefeiturasmq@gmail.com)

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

**Administração 2025 – 2028**

**Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente**

10	Apresentar, quando solicitado, documentação fiscal e outros documentos necessários à comprovação do cumprimento dos demais encargos trabalhistas.	2	Por ocorrência e por dia
11	Entregar ou entregar com atraso ou incompleta a documentação exigida DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL.	2	Por ocorrência e por dia de atraso
12	Entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida por força do contrato.	2	Por ocorrência e por dia de atraso
13	Fornecer EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) aos seus empregados e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los.	2	Por empregado e por ocorrência
14	Cumprir quaisquer dos itens exigidos na contratação não previstos nesta tabela, após reincidência formalmente notificada pela unidade fiscalizadora.	3	Por item e por ocorrência

13.30. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.30.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

13.30.2. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.30.3. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

13.30.4. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.31. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

13.32. A aplicação das sanções previstas, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.33. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

13.34. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

13.35. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.36. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13.37. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao contratado/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO**

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: [prefeiturasmq@gmail.com](mailto:prefeiturasmq@gmail.com)

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

**Administração 2025 – 2028**

**Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente**

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

14.1 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.1.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.1.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.1.3 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.2 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

14.2.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.2.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.2.3 Indenizações e multas.

14.3 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14.4 O contrato poderá ser extinto:

14.4.1 Caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – VEDAÇÕES**

15.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

16.1 Não será admitida a subcontratação do objeto.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – ALTERAÇÕES**



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO**

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: [prefeiturasmq@gmail.com](mailto:prefeiturasmq@gmail.com)

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

**Administração 2025 – 2028**

**Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente**

17.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

17.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.4 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

17.5 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS**

18.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

## **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – PUBLICAÇÃO**

19.1 Incumbirá ao **CONTRATANTE** providenciar a divulgação deste instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos da Lei 14.133/21.

## **CLÁUSULA VIGESIMA – FORO**

20.1 Para dirimir questões judiciais relacionadas à execução do presente ajuste fica fixada o Foro da Comarca de Jacinto-MG, nos termos do art. 92, §1º, da Lei 14.133/21.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO**

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: [prefeiturasmq@gmail.com](mailto:prefeiturasmq@gmail.com)

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

**Administração 2025 – 2028**

**Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente**

20.2. Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

Santa Maria do Salto -MG, XX de XXXXX de 2026.

Damião Souza Ormundo  
Prefeito Municipal  
**CONTRATANTE**

Representante legal  
**CONTRATADA**

## **TESTEMUNHAS:**

I - \_\_\_\_\_

II - \_\_\_\_\_